
REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 27 No.2 2014

ESPECIAL: VI TAAS

VI TAAS

UMA EXPERIÊNCIA DE AMADURECIMENTO DA ARQUEOLOGIA SUL-AMERICANA

José Roberto Pellini*

* Laboratório de Arqueologia Sensorial – Universidade Federal de Sergipe
E-mail: jrpellini@gmail.com

ONDE TUDO COMEÇOU

Março de 2009. Como de costume, saí de casa por volta das 16 horas em direção ao IGPA para dar aula. Gostava de chegar com certa antecedência não apenas para atender os alunos, mas para conversar com Julio Rubin. Normalmente descíamos até a lanchonete da Divina, sentávamos e ficávamos jogando conversa fora e colocando o assunto em dia. Em geral falávamos de futebol, política e, claro, de arqueologia.

Julio: Zé, você vai para o V TAAS?

Zé: Acho que não. Eu até estava animado com a ideia de ir, mas sabe como é, corre para cá, corre para lá, e quando você vê já perdeu todos os prazos. Eu nem sei se ainda posso mandar algo.

Julio: Pode sim. Eles prorrogaram as inscrições.

Zé: Eu não sabia. Como achava que havia perdido os prazos, acabei deixando de lado. Ótimo. Quando chegar em casa vou entrar no site do congresso.

Julio: Acho que você vai adorar o TAAS. Quando fui a Catamarca, para o IV TAAS, voltei encantado. É um congresso com uma proposta diferente, mais intimista. Todos estão sempre muito próximos uns dos outros. Parece que em todos os cantos têm gente discutindo. O congresso tem um clima alegre e festivo.

Zé: Sempre ouvi falar que o TAAS tem uma energia diferente, uma alma própria.

Julio: É difícil explicar. Vou a congressos internacionais há anos e confesso que nunca vi nada igual. O TAAS não tem aquela formalidade distanciada dos grandes congressos. Todo mundo se conhece. Há um clima de grande descontração. Todos parecem estar sempre abertos ao debate. Mas não em clima

de revanchismo, de guerra, o que não significa que os debates não sejam acalorados e cheios de paixão. Uma vez acompanhei um debate em que as pessoas pareciam que iam se matar, mas horas depois estavam tomando café juntas e rindo. Essa atmosfera acaba por lhe capturar.

Zé: Você falando assim, com tanto entusiasmo, não me deixa muita alternativa.

Julio: Vai por mim, vale a pena. Mas mudando de pato para ganso: seu time, hein!?!?! Que desastre. Esse ano não escapa, vai cair!

Zé: Isso já não é novidade. Desde 2002 que estamos tentando cair para a segundona, mas até nisso o time é incompetente. Em compensação, o seu Internacional fica sempre no marasmo do meio da tabela. Eu prefiro a emoção da luta a ficar na “zona da pasmaceira”.

Julio: Pois é. O Inter sempre começa bem, mas acaba derrapando. É que nem o Brasil, a eterna promessa do futuro. O problema é que esse futuro não chega!!! - nossa previsão estava errada, em 2009 o Flamengo não só não caiu como foi campeão brasileiro na última rodada, disputando o título contra o Internacional de Porto Alegre até os minutos finais.

Ao voltar para casa aquele dia, sob a luz da Lua prateada que despontava no horizonte, fiquei pensando na conversa com Julio. Quando cheguei ao meu apartamento, liguei o computador e comecei a procurar maiores informações sobre o V TAAS. Acabei me deparando com alguns artigos que contavam a história do congresso e acabei me entretendo com a leitura. A maneira apaixonada com a qual as pessoas descreviam o TAAS se assemelhava ao que Julio havia dito e isso foi me contagiando. A ideia de um debate sul-americano, de descolonizar a arqueologia, de romper com as estruturas hegemônicas da ciência mexiam com meu lado mais emocional. Uma; duas; seis horas se passaram e quando eu vi o dia já estava raiando. Havia passado a noite inteira lendo sobre o TAAS. Uma estranha excitação tomou conta de mim quando vi os primeiros raios de sol despontarem no horizonte. Naquele momento tive a certeza de que não podia ficar fora do TAAS. Estava decidido, eu iria para Caracas. Imediatamente comecei a escrever uma proposta de simpósio.

Passei o dia com uma ansiedade incomum. Não via a hora de chegar em casa e procurar mais textos e informações sobre o TAAS. Lendo desesperadamente tudo que caía em minhas mãos, descobri que a história do TAAS era longa. Tudo havia começado em 1996, na Argentina, quando um grupo formado por Alejandro Haber da Universidade de Catamarca, Pedro Paulo Funari da Universidade de Campinas, Irina Podgorny, representante Junior do WAC, Norberto Luiz Guarinello do Departamento de História da Universidade de São Paulo e por Eduardo Góes Neves do Museu de Arqueologia e Etnologia também da USP resolveu criar o primeiro Comitê Executivo com o objetivo de começar a pensar em um encontro de teoria na América do Sul. Um ano depois, em 1997, o Comitê Executivo definiu que o primeiro encontro do TAAS deveria ser estruturado a partir de quatro eixos temáticos - Teoria e Método; Arqueologia e Etnicidade; Paisagem, Cultura Material e Patrimônio; Arqueologia Latino-Americana: Teoria e História - e que o encontro deveria acontecer em Vitória, Espírito Santo, no ano de 1998. A

aceitação foi imediata e o primeiro encontro um sucesso. Ao TAAS de Vitória seguiu-se o TAAS de Olavarria em 2000, o de Bogotá em 2002 e o de Catamarca em 2007.

Um das coisas que mais me chamou a atenção enquanto eu lia sobre o TAAS é que este não era apenas um congresso que se propunha discutir teoria, mas também um congresso que buscava uma atuação prática e engajada, onde os pesquisadores não se escondem atrás da fantasia de cientista negando sua própria individualidade. Parecia haver um claro reconhecimento da responsabilidade social dos arqueólogos não só com o passado, mas também com o presente. As discussões não ficavam apenas nas ilações abstratas, mas tinham um efeito prático constante. Exemplos desta atuação podem ser vistos na criação da primeira revista de arqueologia de caráter continental, a *Revista de Arqueología Sur Americana*/Revista de Arqueologia Sul-Americana; na publicação da *Declaración Transandina de Choya* durante o IV TAAS em Catamarca, documento elaborado entre as comunidades indígenas chilenas e argentinas juntamente com arqueólogos, antropólogos e geógrafos em defesa à memória e integridade cultural e patrimonial das comunidades indígenas andinas; no sistemático estímulo à discussão regional; e na inclusão de novas vozes no debate acadêmico.

Agora era a hora de Caracas e eu ficava cada vez mais animado e ansioso. Um dia, pensando na organização de meu simpósio, uma centelha de loucura tomou conta de mim. Passei dias com uma ideia fixa na cabeça, uma ideia que me consumia, que me impedia de me concentrar nos afazeres diários e rotineiros; mal sabia eu que, do outro lado de Goiânia, havia outra pessoa enlouquecendo como eu.

No dia 13 de maio de 2010, meses antes de embarcar para Caracas, fui com Carol, minha esposa, ao Teatro Rio Vermelho em Goiânia, para assistir a um dos raros shows de Milton Nascimento. Logo que entramos no imponente auditório do Teatro, todo em madeira e com cadeiras acolchoadas e, claro, vermelhas, encontrei Julio e sua esposa Rose, Rute e seu marido Levy. Sentamos todos na mesma fileira e enquanto esperávamos o show começar:

Julio: E ai, Zé, já está com tudo pronto para Caracas?

Zé: Quase. Faltam ainda alguns pequenos detalhes, como, por exemplo, terminar minha apresentação.

Julio: Antes fosse só um detalhe. Eu também não terminei a minha ainda. Muitas coisas rodando na cabeça. Não tenho conseguido me concentrar.

Zé: Engraçado, eu também não consigo me concentrar. Andei pensando algumas bobagens e perdi o foco. – toca a primeira sirene para o show.

Julio: Que bobagens?

Zé: Deixa pra lá, é loucura.

Julio: Vamos lá, fala logo.

Zé: Sei lá. Pode parecer loucura, mas por que não trazemos o TAAS para Goiânia? - Julio cai na risada – Está vendo? Eu falei que era loucura!

Julio: Eu não estou rindo por conta disso e sim por conta da coincidência. Hoje à tarde eu comentei com Rose que seria interessante trazer o TAAS para Goiânia. Seria ideal para comemorar o aniversário de 40 anos do IGPA.

Rose: De novo essa ideia de trazer o TAAS para cá, Julio? Já não chega que você passou a tarde inteira falando nisso?

Julio: Não fui eu que falei nisso agora, foi o Zé.

Rose: Pronto era só o que faltava, não bastasse um louco agora temos dois! Vou falar o que falei pro Julio. Pensem na responsabilidade de um congresso deste porte; nos custos; no espaço; no pessoal envolvido.

Carol: Realmente seria muita responsabilidade, mas seria também uma ótima oportunidade para discutir teoria aqui no Brasil. Acho que pode dar certo.

Julio: A experiência com a Semana de Arqueologia do Cerrado já nos mostrou por onde temos que caminhar. – toca a segunda sirene para o show.

Rose: Mas vocês tem que considerar que o TAAS é muito maior que a Semana de Arqueologia do Cerrado.

Zé: Concordo, mas acho que temos que arriscar, ir atrás de patrocínios e de editais. Alguém sabe como funciona o trâmite para trazermos o TAAS para o Brasil?

Julio: Eu não faço ideia.

Carol: Sabem quem pode ajudar? O Zarankin.

Zé: Boa ideia. Vou mandar um email para ele.

Julio: Eu aproveito e peço informações para o Rodrigo Navarrete, coordenador do TAAS de Caracas. Comunico a ele que queremos propor a vinda do TAAS ao Brasil em 2012 e pergunto o que devemos fazer.

Zé: Ótimo.

Rute: Adoro estas ideias enlouquecidas. Ver você dois tão empolgados me empolga. Podem contar comigo e com Levy.

Julio: Maravilha.

Zé: Estão vendo, uma conversa rápida e já temos uma força tarefa para começar a pensar no TAAS no Brasil – toca a terceira sirene e Milton sobe ao palco.

Foi mais ou menos assim que o VI TAAS começou. Doze anos depois do primeiro encontro em Vitória, o TAAS estava voltando ao Brasil.

O VI TAAS

Desde o encontro de Vitória em 1998 o TAAS foi amadurecendo e ganhando sua própria identidade. Se no primeiro encontro houve 25 comunicações e 2 conferências, o TAAS de Caracas contou com 24 simpósios, 4 conferências e mais de 200 comunicações. Esse aumento considerável no número de simpósios e participantes ao longo dos anos, principalmente nos encontros de Catamarca e Caracas, mostra o quanto o desejo pelo debate teórico-metodológico cresceu dentro do continente sul-americano. Ao mesmo tempo, a multiplicidade dos temas abordados evidencia o grau de maturidade que estas discussões alcançaram desde o encontro de Vitória em 1998.

Foi pensando nisso que, juntamente com o Comitê Científico composto por Alejandro Haber, Gustavo Politis, Andres Zarankin, Carlos Lopes Castano, Cristóbal Gnecco, Eduardo Góes Neves, Márcia Bezerra e Rodrigo Navarrete, definimos que a ideia a nortear o encontro de Goiânia seria propor uma ampla

discussão sobre o papel dos arqueólogos latino-americanos frente às diferentes percepções do passado.

Nós que organizamos o VI TAAS acreditamos que não existe apenas um passado, assim como não existe apenas uma arqueologia. Diferentes pessoas, com diferentes formações, em diferentes lugares, percebem e significam de maneiras diferentes o passado. Nossa cultura, meio ambiente, formação educacional, estado emocional, gênero e condição social, tudo afeta nossa relação com o passado. O passado, neste sentido, é um conjunto de representações do que nós acreditamos ser o passado de acordo com nossas especificidades culturais, ele é uma imitação poética do que nós pensamos sobre a condição humana e sobre a experiência humana. Falar sobre o passado é falar sobre o que fazemos e como fazemos, é falar sobre o que produzimos e como produzimos, é falar sobre o que falamos e o que deixamos de falar, é falar sobre imaginação e vivência, sobre discursos e poder, sobre paisagens e patrimônio, sobre limites e possibilidades. Falar sobre o passado é falar sobre como nossa herança latino-americana nos transforma em seres ativos no processo de criação do conhecimento.

Knorr-Certina (1999) e Leighton (2008) já demonstraram como o conhecimento científico emerge a partir de culturas epistêmicas específicas que nascem das práticas diárias disciplinares. Seja em laboratório, em campo, nas salas de aula ou nos auditórios dos congressos, o conhecimento científico é fruto de práticas que inter-relacionam o corpo do cientista, visto como homem, branco, de classe média, com os métodos e ferramentas disponíveis, com os objetos de estudo e com as formas de pensamento. Essa realidade, antes de ser objetiva, é continuamente transformada pelos contextos sociais e políticos de produção do conhecimento. Nós, como sul-americanos, vivemos especificidades que estão atreladas ao nosso legado colonialista. Essa é uma realidade que afeta diretamente a maneira pela qual nós desenvolvemos nossa prática científica e que nem sempre se enquadra nos modelos teóricos de origem europeia e norte-americana.

Será que o nacionalismo histórico-culturalista, o capitalismo processualista ou o relativismo pós-processualista atendem às nossas necessidades regionais? Será que o conceito de cultura, seja ele normativo, sistêmico ou simbólico, captura a essência de nosso contato com a materialidade que nos rodeia, ou será apenas mais uma arma para definição do eu e do outro? Como nos têm mostrado Haber (2012), vivemos um colonialismo científico que direciona e determina nossas interpretações. Consumimos música enlatada, Coca-Cola gelada, e modelos teóricos que nem sempre se ajustam às nossas especificidades. De tão enraizado, este colonialismo científico acaba por resultar no uso indiscriminado de práticas teórico-metodológicas sem a devida racionalização a respeito de suas implicações políticas e interpretativas, na falta de uma agenda programática regional e no empobrecimento dos modelos conceituais (POLITIS, 2006).

Será que quando alguém utiliza um modelo de escavação baseado em sondagens de 1mx1m se dá conta de que seu uso pressupõe uma estrutura interpretativa que está intimamente associada ao fordismo imperialista? Será

que quando medimos o espaço, quando utilizamos nosso GPS, nossos mapas e colocamos em prática todo nosso cartesianismo, nos damos conta de que estamos pressupondo um espaço que é neutro, mesurável, newtoniano que em nada se parece com a ideia de espaço vivido? Será que quando desenhamos perfis estratigráficos, nos damos conta de que a ideia de estratigrafia pressupõe uma visão de tempo enquanto estrutura linear e evolutiva, que pensa a história como se fosse uma ininterrupta sucessão de acontecimentos? Porque não paramos para pensar nos porquês do histórico-culturalismo ser ainda a corrente com mais adeptos na América do Sul? Porque a Arqueologia de Contrato em sua maioria abraçou esta corrente com tanto fervor? Praticidade? Será que quando vamos a campo coletar, coletar e coletar, e deixamos a interpretação para o laboratório nos damos conta de que estamos perpetuando uma prática que pressupõe o trabalho de campo enquanto método e o trabalho de laboratório enquanto produção intelectual? Será apenas coincidência que cada vez mais o trabalho de campo é feito por técnicos e estudantes e o trabalho de escrever e publicar é feito por doutores da ciência (ZARANKIN & PELLINI, 2012)?

Se falta tempo, dinheiro e condições, que fiquemos em casa vendo televisão, pois a presunção de que a Arqueologia pode funcionar simplesmente como um procedimento descritivo e de registro nega a centralidade da pesquisa e remove a demanda interpretativa das construções narrativas (PELLINI, 2011). Enquanto as técnicas de escavação produzem inestimável e extensiva informação sobre o material e sobre o sítio, elas não dizem nada sobre o passado. Considerar o trabalho de campo apenas como uma técnica e dissociá-lo do processo intelectual resulta em uma arqueologia ruim da mesma maneira que separar a coleta de dados da interpretação resulta em um processo científico ruim. Escavar não é apenas uma técnica de julgamento, mas é a habilidade de lidar com um grupo quase infinito de informações e interpretações. Se considerarmos o registro arqueológico como um processo de catalogação e coleta de fragmentos materiais da atividade social, retiramos do processo de registro o componente humano responsável pela própria formação do registro (PELLINI, 2011).

Na América do Sul ainda pensamos a Arqueologia de maneira patrimonialista e privilegiamos o vestígio e o registro acima do conhecimento e das pessoas. Se pensarmos que o registro em si não existe, o que existe são os traços fragmentados da prática social do passado que são (re)apropriados e (re)significados, veremos que os vestígios do passado não possuem valor intrínseco, mas um valor que é construído através da prática da ciência arqueológica, das práticas sociais, políticas e culturais do presente (ZARANKIN & PELLINI, 2012). Considerar mais importante a preservação física dos vestígios, acima da nossa responsabilidade com o presente e com as comunidades no presente, é bastante problemático. Lembremos que nossa responsabilidade não deve se restringir à simples salvaguarda física daquilo que chamamos de vestígios arqueológicos (ZARANKIN & PELLINI, 2012). Nossa verdadeira responsabilidade é “a de interrogar e mudar os regimes de verdades, refletir e expor os laços de poder e por fim adotar uma postura mais crítica no campo da produção e do consumo de cultura” (HAMILLAKIS, 1999:70). Não

podemos esquecer que como arqueólogos somos produtores de cultura e contribuimos diretamente para o estabelecimento de regimes de verdades absolutas. Ao falhar em reconhecer que a vida humana transcende nossos esquemas conceituais, nós não apreendemos o passado, apenas o organizamos. Se nós nos vemos organizando a vida das pessoas no passado de acordo com os grandes esquemas conceituais, teremos que considerar aceitável que façam isso conosco no presente. Criticamos o totalitarismo político, mas não criticamos o totalitarismo presente na Arqueologia!!!

Creio que o grande problema é que ainda concebemos a Arqueologia como uma ciência nos moldes oitocentistas, onde teoria é uma abstração mental e a prática é um método objetivo e neutro. Se a ciência é a arte do eterno duvidar, por que não revelamos ao mundo nossas dúvidas e angústias em relação ao passado? Porque isso depõe contra nossa imagem como senhores da verdade, isso acaba com nosso poder e nos iguala aos “civis”. Nosso jaleco de cientista nos dá poder; poder de controlar o passado e de controlar as pessoas e de colonizar o colonizado.

Arqueologia vista enquanto prática científica objetiva nada mais é que uma ferramenta de exclusão. Mesmo quando pretendemos abrir a disciplina e colocar outras vozes no processo de formação do conhecimento, esta relação se estabelece de maneira assimétrica, de cima para baixo. Quando queremos dar vozes a outras comunidades, nos apropriamos de suas falas, de seus pensamentos e os inserimos de maneira ilustrativa em nosso discurso. Funcionamos apenas como tradutores do outro. Por que, ao invés de citar o outro, não o convidamos para escrever junto? Por que verdadeiramente não dividimos a responsabilidade sobre o passado? Como apontou Shepherd (2007: 17): “Las arqueologias colonialistas negaron «lo social» y «lo local» de muchas formas, tanto que pasaron por encima de las sociedades indígenas, se inclinaron ante la metrópoli y reprodujeron la división colonial del trabajo ampliamente.” Nosso “arqueologuês” (HILBERT, 2009) limita, distancia e impede a participação.

O pior é que não excluimos somente o outro, mas também a nós mesmos. Por que não damos crédito às chamadas arqueologias alternativas? Por que chamamos de malditas as arqueologias radicais que fogem dos “istas” tão fortemente sedimentados em nosso discurso? Continuamos nos vendo como guardiões do patrimônio (HAMILAKIS, 2007), como sacerdotes da verdade (PELLINI, 2014), como aqueles que decidem o que é ou não é científico, verdadeiro e útil para a construção do conhecimento. Será que não está na hora de aceitar que aquilo que chamamos de “arqueológico” pode não ser uma categoria de aceitação universal? Será que não está na hora de aceitar que pessoas diferentes percebem e significam o mundo de maneiras diferentes? Já passou da hora de aceitarmos que aquilo que experimentamos como natural e verdadeiro é, na realidade, uma construção político-cultural.

Ao nos tornarmos detentores do conhecimento e das verdades do mundo, estamos excluindo sistematicamente aqueles que não compartilham dos mesmos modelos defendidos pela ciência. O que realmente nos dá o direito de determinar o que é ou não um determinado objeto? O que nos dá o direito de

dizer que isto ou aquilo pode ser ou não tocado? Embora tenhamos que considerar imprescindível o uso de modelos para estudar o passado, pouco se tem discutido sobre a validade de suas aplicabilidades. Modelos e conceitos sempre correm o risco de serem transformados no objeto final da análise. Os filósofos da ciência reconhecem o dilema interpretativo em todas as tentativas de interpretação: a fim de interpretar alguma coisa, eu devo decidir que há algo a interpretar. Inevitavelmente, ao me concentrar em um tema, eu já terei formado uma ideia do que ele é. Quando eu digo que vou investigar o significado deste ou daquele enterramento, eu já decidi a coisa mais importante sobre ele, ou seja, que ele é um enterramento. Como aponta Fahlander e Kjellström (2010) a possibilidade de compreender algo novo e surpreendente é neste caso dramaticamente reduzida. Trabalhar com o não familiar e tentar colocar de lado as explicações baseadas no senso comum é difícil, mas para fazer da Arqueologia algo mais que o espelho das fontes é necessário um exercício que possa trazer ficções mais interessantes sobre o passado. Nós precisamos de um elemento mais criativo em nossas ficções a fim de expandir nossas estruturas de referencia além dos modelos sociais tradicionais. É preciso que sobre o real, supostamente objetivo, lancemos um olhar transformando-o, denunciando-lhe o traço mágico, o fantástico, o maravilhoso. Devemos ir além das evidências, já que as evidências não proporcionam em si um entendimento direto do passado. Aos arqueólogos não é permitido um salto imaginativo que é tão necessário para entender como as populações do passado poderiam ter conceitualizado sua relação com seu próprio mundo. O passado é algo que já foi e entrar nele requer um pouco de imaginação.

Penso que nós precisamos perceber o potencial da Arqueologia como interventora cultural e passar a vê-la como uma espécie de crítica cultural (CAMPBELL & ULIN, 2004). Pensar a Arqueologia enquanto uma prática cultural expõe o presente de maneira mais explícita. A Arqueologia é mais que apenas um recurso no qual os restos materiais e as práticas de escavação e documentação refletem a existência de um passado. A Arqueologia é um produto, um produto cultural sujeito aos discursos de poder. A Arqueologia, como prática contemporânea, cria campos de discurso e negociação onde inovação e envolvimento são fundamentos da prática. Quando a Arqueologia é entendida como uma prática contemporânea, a distância para o agora é reduzida, convidando o arqueólogo para explorar o pessoal, o íntimo, o poético e o performativo como aspectos essenciais da prática arqueológica. Somente desta maneira é que a Arqueologia deixará de ser uma narrativa passiva do passado e se tornará uma participante ativa na formulação das representações do passado. Se o passado é criado no presente, então precisamos entender sua presença e repensarmos o papel da arqueologia na sociedade contemporânea.

Repensar o papel dos diferentes passados e das diferentes arqueologias foi o objetivo do VI TAAS. Isso foi alcançado a partir de 10 eixos temáticos que foram selecionados e articulados pela Comissão Científica do TAAS de Goiânia: a construção dos discursos sobre o passado; a relação entre teoria e prática; Arqueologia, gênero, poder e política; paisagens presentes e passadas; Arqueologia, Fenomenologia e modelos sensoriais; Arqueologia e o contexto

latino-americano de produção de conhecimento; Arqueologia e ética; Arqueologia e as comunidades; Arqueologia, memória e patrimônio; a Arqueologia no século 21: novos modelos, novas práticas. Ao todo foram inscritos 24 simpósios, 220 comunicações, com um público estimado de 500 pessoas, entre professores, pesquisadores, estudantes e membros da iniciativa privada de 10 países. Duas publicações foram geradas, esta que vocês têm em mãos e uma edição especial da Revista *Habitus*. Os simpósios, mais do que simplesmente um lugar para a apresentação de resultados de pesquisa, seguiram a trajetória histórica do TAAS e funcionaram mais como grupos de trabalho do que como simpósios. Ao passar por cada sala era possível ver discussões acaloradas, debates apaixonados e, acima de tudo, comprometimento. Esse foi um dos principais legados do VI TAAS.

Em um momento em que outras organizações como o WAC, que nasceram para ser o fórum dos “excluídos”, parecem querer sucumbir frente às práticas da ortodoxia acadêmica, o TAAS continua forte e independente. Enquanto o último WAC ocorreu na Jordânia, em pleno Mar Morto, um dos lugares mais caros da terra, onde uma coca-cola custa a bagatela de 8 dólares; negou o direito a coordenadores de simpósio de narrativas diferenciadas com a desculpa de que a padronização do discurso estabelece um diálogo e uma melhor inclusão, e desencorajou os debates que estavam acontecendo nas listas de discussão do evento a respeito da crise Israel/Palestina, o TAAS mantém sua tradição para o debate franco e aberto.

Para mim que sempre fui um pessimista em relação ao futuro da Arqueologia, principalmente frente à atual situação da Arqueologia Brasileira (ZARANKIN & PELLINI, 2012), participar e organizar o VI TAAS ao lado de Julio Rubin foi como ver o renascer da disciplina. No final veio a certeza de que acima de tudo a Arqueologia Sul-americana é libertária e não precisa de modelos pré-determinados. Pensemos em nossos exemplos e veremos que o potencial da Arqueologia que desenvolvemos em nosso continente não deixa nada a desejar às correntes tradicionais da arqueologia. Pensemos no exemplo da arqueologia indígena (AYALA ROCABADO, 2007, 2008; GNECCO, 2004), na arqueologia da ditadura (ZARANKIN & NIRO, 2006), na arqueologia pública e descolonizante (BEZERRA, 2003, 2010, 2012; LEMOS, 2014), na etnoarqueologia (POLITIS, 2002; CASTAÑEDA, 2008), nas arqueologias indisciplinadas (HABER, 2012), na arqueologia sensorial (PELLINI, 2010, 2014; SALERNO, 2011), na arqueologia política (GNECCO, 2009; LIMA, 2013), na arqueologia pós colonial (KOJAN & ANGELO, 2005), na arqueologia histórica (FUNARI, 2002, 2007; LIMA, 1994), nas discussões sobre materialidade (ACUTO, 2005; REIS, 2009), na arqueologia marítima (DURAN & RAMBELLI, 2012), na arqueologia social latinoamericana (ZARANKIN & ACUTO, 1999), na arqueologia do capitalismo (SENATORE, 2007; GUIMARÃES & QUESADA, 2012), na arqueologia da diáspora (AGOSTINI, 2012; SOUZA, 2013), sobre as micro histórias da arqueologia (TANTALEAN & TRONCOSO, 2012), nas arqueologias malditas (HABER & ZARANKIN, 2012), na multivocalidade (GNECCO, 1999) e por aí vai. Com tantos exemplos em mente, talvez eu não tenha mais motivos para o tanto pessimismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACUTO, F. 2005. The Materiality of Inka Domination: Landscape, Spectacle, Memory, and Ancestors. In: *Global Archaeological Theory Contextual Voices and Contemporary Thoughts*. P. Funari, A. Zarankin, E. Stovel (eds). Kluwer Academic/Plenum Publishers, New York, pp. 211-235.
- AGOSTINI, C. 2012. Abordagens e diálogos sobre cultura material da escravidão e seu legado. *Simpósio VI TAAS*. <http://vitaas.blogspot.com.br/p/simposios-inscritos.html>
- AYALA ROCABADO, P. 2007. Relaciones entre atacameños, arqueólogos y Estado en Atacama. In: *Estudios Atacameños: Arqueología y Antropología Surandinas* N° 33, pp. 133-157
- AYALA ROCABADO, P. 2008. *Políticas del pasado: indígenas, arqueólogos y estado en Atacama*. San Pedro de Atacama, Línea Editorial IIAM / Universidad Católica del Norte.
- BEZERRA, M. 2003. O público e o patrimônio arqueológico: reflexões para a Arqueologia Pública no Brasil. *Habitus*, v. 1, n.2: 275-295.
- BEZERRA, M. 2010. As Pessoas e as Coisas: Reflexões Sobre a Arqueologia Pública e os Estudos de Cultura Material na Amazônia. *II Jornada de Arqueologia no Cerrado: Múltiplas Abordagens e Interdisciplinaridade*, Resumo. Goiânia.
- BEZERRA, M.; CALEGARI, C. 2012. Arqueologia e comunidades tradicionais: discursos e práticas descolonizantes na América latina. *Simpósio VI TAAS*. <http://vitaas.blogspot.com.br/p/simposios-inscritos.html>
- CAMPBELL, F.; ULIN, J. 2004. *Borderline Archaeology: a Practice of Contemporary Archaeology Exploring Aspects of Creative Narratives and Performative Cultural Production*, Gotemburg, Department of Archaeology, Gotemburg Unbiversity
- CASTAÑEDA, Q. 2008. The "Ethnographic Turn" in Archaeology: research positioning and reflexivity in Ethnographic Archaeologies. In: Castaneda, Q. E.; Matthews, C.N. *Ethnographic Archaeologies: reflections on stakeholders and archaeological practices*. Altamira Press, 25-61.
- DURAN, L.; RAMBELLI, G. 2012. Arqueologias marítimas: desafios, práticas, ética e função social. *Simpósio VI TAAS*. <http://vitaas.blogspot.com.br/p/simposios-inscritos.html>
- FAHLANDER, F.; KJELLSTRÖM, A. 2010. Beyond Sight: Archaeologies of Sensory Perception. In: *Making Sense of Things. Archaeologies of Sensory Perception*, Fredrick Fahlander, Anna Kjellström (eds), pp. 51-68. Postdoctoral Archaeological Group, Universidad de Estocolmo, Estocolmo.
- FUNARI, P. 2002. A Arqueologia Histórica em uma perspectiva mundial. In: Zarankin, Andrés; Senatore, María Ximena (orgs.). *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul, Cultura Material, Discursos e Práticas*. Buenos Aires, Ediciones del Tridente, 107-116.
- FUNARI, P. 2007. Teoria e Arqueologia Histórica: A América latina e o Mundo. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*. V.1; n.1. jan-jun, p. 51-58.
- GNECCO, C. 1999. *Multivocalidad histórica. Hacia una cartografía postcolonial de la arqueología*. Universidad De Los Andes
- GNECCO, C. 2004. La indigenización de las arqueologías nacionalistas. Teoría Arqueológica en América del Sur. In: G. Politis y R. Peretti, (eds.), *Serie teórica 3*, INCuApA, olavarría, buenos. Aires: 119 - 128.
- GNECCO, C. 2009. Caminos de la Arqueología: de la violencia epistémica a la relacionalidad. *Boletín do Museu Paraense Emilio Goeldi.*, vol.4, no.1, p.15-26
- GUIMARÃES, C.; QUESADA, M. 2012. Mineração, colonialismo e capitalismo. *Simpósio VI TAAS*. <http://vitaas.blogspot.com.br/p/simposios-inscritos.html>

- HABER, A. 2012. Un-Disciplining Archaeology. *Archaeologies: Journal of World Archaeological Congress*, 8, 1, pp. 55-66.
- HABER, A.; ZARANKIN, A. 2012. Relaciones periféricas. Acontecimientos malditos en las arqueologías no dichas. *Simpósio VI TAAAS*. <http://vitaas.blogspot.com.br/p/simposios-inscritos.html>
- HAMILAKIS, Y. 1999. La trahison des archéologues? Archaeological Practice as Intellectual Activity in Postmodernity. *Journal of Mediterranean Archaeology* 12 (1): 60-79
- HAMILAKIS, Y. 2007. From Ethics to Politics. In: Hamilakis, Y. and Duke, P. (eds). *Archaeology and Capitalism. From Ethics to Politics*. California, Left Coast Press, pp 15-40.
- HILBERT, K. 2009 Diálogos entre substâncias, cultura material e palavras. *MÉTIS: história & cultura*, v. 8, n. 16, p. 11-25.
- KNORR-CERTINA, K. 1999. *Epistemic Cultures: How the Sciences make Knowledge*. Cambridge MS, Harvard University Press.
- KOJAN, D.; ANGELO, D. 2005. Dominant narratives, social violence and the practice of Bolivian archaeology. *Journal of Social Archaeology* 10, 5(3):383-408
- LEIGHTON, M. 2008. Creating Both Objects and Experts through Practice: Understanding the Epistemic Culture of Postcolonial Archaeology in South America. *Theoretical Archaeology Group*, Southampton, December 17 2008
- LEMONS, C. 2014. *Se me der licença, eu entro; se não der, eu vou embora: Patrimônio e Identidade na comunidade quilombola Chacrinha dos Pretos (Belo Vale/MG)*. Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG.
- LIMA, T. 1994. De morcegos e caveiras a cruzeiros e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX. *Anais do Museu Paulista*, vol.2, Nova Série, p.87-150.
- LIMA, T. 2013. Arqueologia como ação sociopolítica: O caso do cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. *Vestígios*, v. 7, n. 1: 179-207.
- PELLINI, J.R. 2010. Mudando o coração, a mente e as calças. A Arqueologia Sensorial. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, vol 20, 3-16.
- PELLINI, J. 2011. Nem Melhor Nem Pior, Apenas uma Escavação Diferente. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 21: 3-15.
- PELLINI, J. 2014. Redomas de vidro: Relações entre tato, cultura material e práticas de institucionalização. *revista de arqueologia pública*, VOL 9, 63-78.
- POLITIS, R. 2002. Acerca de la Etnoarqueología en América del Sur. *Revista Horizontes Antropológicos: Arqueología e sociedades Tradicionais*. Porto Alegre, ano 8, n 18, p. 61-91.
- POLITIS, G. 2006. Foro de discusión: el panorama teórico en diálogo. *Arqueología sul-americana*, V. 2: 167-204.
- REIS, J. 2009. Um rosto contraído, contrariado: desafios de pensar cultura material em fronteiras: arqueologia e imigração italiana no sul do Brasil (Caxias do Sul, século XIX). In: *MÉTIS: HISTÓRIA & CULTURA* – V. 8, N. 16, P. 229-246.
- SALERNO, M. 2011. *Persona y cuerpo-vestido en la modernidad: Un enfoque arqueológico*. Tesis de doctorado en arqueología. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires.
- SENATORE, M. 2007. *Arqueología e historia en la Colonia Española de Floridablanca*. Buenos Aires: Teseo, 2007
- SHEPHERD, N. 2007. Diálogos Desde El Sur. Foro Virtual: Arqueología y Descolonización. *Arqueología Sul-americana*. v. 3, n. 1: 3-19.

SOUZA, M. 2013. Introdução: Arqueologia da Diáspora Africana no Brasil. *Vestígios*, v. 7, n. 1: 9-19

TANTALEAN, H.; TRONCOSO, A. 2012. (Micro)histórias de la arqueologia Sudaamericana. *Simpósio VI TAAS*. <http://vitaas.blogspot.com.br/p/simposios-inscritos.html>

THOMAS, J. 2004. *Archaeology and modernity*. London: Routledge

ZARANKIN, A.; ACUTO, F. 1999. *Sed non satiata. Teoria social en la arqueologia latinoamericana contemporânea*. Buenos Aires, Ediciones del tridente, colección científica.

ZARANKIN, A.; NIRO, C. 2006. A materialização do sadismo: Arqueologia da Arquitetura dos Centros Clandestinos de Detenção da ditadura militar argentina (1976-1983). *Arqueologia da Repressão e a resistência na América Latina*, editado por P. Funari e A. Zarankin. Brujas, Córdoba.

ZARANKIN, A. PELLINI, J. 2012. Arqueologia e Companhia: reflexões sobre a introdução de uma lógica de mercado na prática arqueológica brasileira. *Revista de Arqueologia*. Sociedade de Arqueologia Brasileira, vol. 25, 2, 42-63.